



ENTREVISTA

“Em Santos, vamos discutir o que queremos da Constituinte”

O vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia, destaca, nesta entrevista ao JORNAL DO INTERIOR, a grande importância do 29º Congresso Estadual de Municípios, que discutirá o municipalismo e a Constituinte.

Jornal do Interior — Qual é o significado do 29º Congresso Estadual de Municípios?

Este congresso de municípios de Santos será o primeiro grande debate nacional para a Constituinte. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e municipalistas de São Paulo e mais 20 estados vão debater o tema “O Município na Constituinte”. Vamos definir o que queremos da Constituinte e determinar as linhas gerais da campanha de informação e esclarecimento que levaremos a todo o Brasil. Estamos vivendo em Santos um grande momento da Nova República: um ponderável grupo de representantes da sociedade brasileira estará participando ativamente do processo de mudanças do autoritarismo para a democracia. Não houve ainda no Brasil um debate assim tão significativo.

Jl — De uns tempos para cá fala-se muito em município, em municipalismo, em Frente Municipalista. O que é municipalismo?

O municipalismo é uma força política, que cresce a cada dia, e que defende, basicamente, o poder local, isto é, a valorização do município como entidade estatal independente e como responsável imediato pelas necessidades básicas da sua comunidade. Queremos que a União devolva os recursos e as funções municipais que ela absorveu, especialmente durante a ditadura. Defendemos, como dizia, Tancredo

“O caminho da democracia passa pela fortificação dos municípios”

Neves, a descentralização dos Recursos e a desconcentração do poder. Para nós, o caminho da democracia passa necessariamente pela recuperação da Federação e pela redefinição do papel dos estados e dos municípios na vida pública. Com o fortalecimento do município, queremos o poder mais ao alcance da participação e da fiscalização do cidadão e da sociedade. O que o município pode fazer não deve ser feito pelo Estado. O que o Estado pode fazer não deve ser feito pela União. Ou como me disse recentemente o ministro Dornelles, da Fazenda: “O município administra melhor que o Estado e o Estado administra melhor que a União”.

Jl — O que tem feito o municipalismo? Como o movimento tem atuado?

O municipalismo é forte porque é uma antiga e profunda aspiração nacional. O Brasil começou pela cidade. Quase todas as nossas constituições valorizaram o município. Ao contrário do que acontece em outros países, o município entre nós é um ente estatal autônomo e não uma mera circunscrição territorial. Por ser aspiração, o municipalismo é um movimento de grande unidade, trabalhando além dos limites partidários ou ideológicos. A medida em que o regime de 1964 radicalizava a centralização e o arbítrio, o municipalismo fortalecia-se como uma reação natural. Ao ponto de no segun-



A Frente Municipalista começou a sua caminhada no 29º Congresso Estadual, no Guarujá

do semestre de 83, conseguirmos a primeira derrota do Palácio do Planalto

“O compromisso de Tancredo era uma reforma tributária antes da Constituinte”

no Congresso em matéria econômica. Foi quando conseguimos, enfrentando poderosas pressões orquestradas pelo Palácio do Planalto, que o Congresso aprovasse a Emenda Passos Porto, uma espécie de minirreforma tributária. Em 84 só não aprovamos uma reforma melhor porque Tancredo Neves temia que nossa mobilização servisse de pretexto para algum casuísmo que perturbasse o processo sucessório. Tancredo pediu que esperássemos e garantiu que uma das suas primeiras providências como presidente seria a realização da reforma tributária.

Jl — Tancredo Neves morreu, a Nova República está quase com três meses e a reforma tributária ainda não saiu. Sairá logo ou vai ficar mesmo com a Constituinte?

Não. O compromisso de Tancredo era claro: a reforma tributária deve sair antes da Constituinte. Por uma razão muito simples: os municípios não podem esperar a Constituinte, a maioria deles está ameaçado de falência. Infelizmente dois projetos municipalistas, que deveriam entrar na pauta do Congresso no próximo dia 18, não saíram porque, foram retirados. Em nome da Frente Municipalista protestei junto aos deputados e senadores e aos líderes de bancada no Congresso. Falei por telefone com o presidente José Sarney e estive com os ministros Dornelles, da Fazenda, e Sayad, do Planejamento. E confirmo que, com ou sem a votação dos projetos do deputado Ayrton San-

JORNAL DO INTERIOR

Conselho Editorial
Ana Maria Tebar
Bonfim Caetano V. de Rósario
Carlos Rayel
Douglas Aguiar
Francisco Lima
Francisco Lucrécio Jr.
Luthero Maynard
Matheus Diffee Filho
Miguel Tebar
Níodemus Pessoa
Orestes Quércia
Reynaldo de Barros de Jr.
Rubens Nicaretta Chizzia
Takao Miagui
Wilson José
Arte
Vera Lucrécio
Fotografia
Nélson Brasil
Secretárias de redação
Maria Cecília M. Kyiano
Rosely Guarinho Cappi
Responsável
Níodemus Pessoa
Endereço
Av. 9 de Julho, 4.413
CEP 01407 - São Paulo, SP



doval, nós iremos a Brasília no próximo dia 18. A reforma tributária é indispensável para a sobrevivência dos municípios e a Frente Municipalista está comprometida com a sua realização. Repetiremos tantas vezes quantas forem necessárias as marchas a Brasília que tanto desagradaram o presidente Figueiredo, que usou contra nós até as malfadadas medidas de emergência.



"No governo do general Figueiredo, os prefeitos foram presos em Brasília"

JI - Parecem óbvias as reivindicações municipalistas. Por que não se resolve nada? Parece que nem a Nova República está sendo efetiva em termos municipalistas...

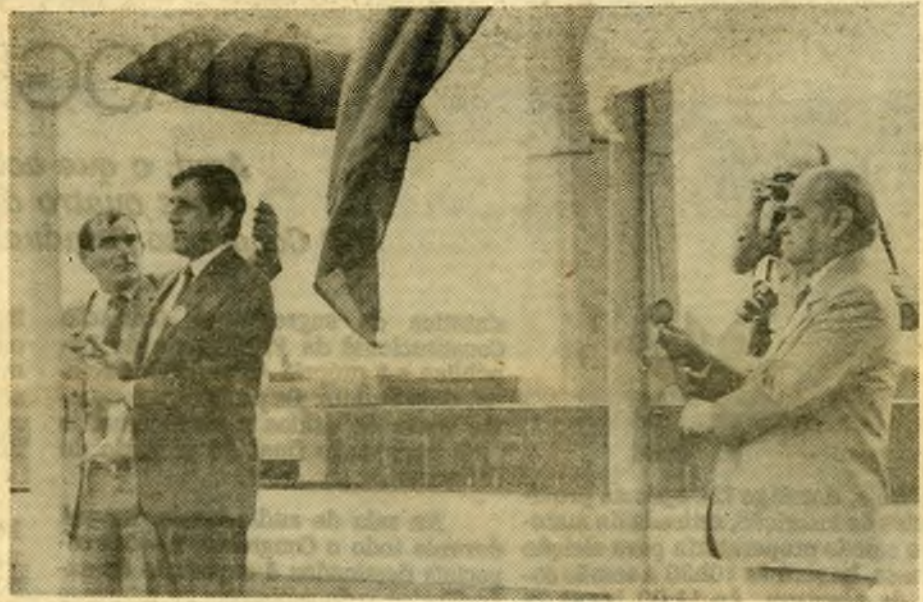


No Governo do general Figueiredo, chegamos a ser recebidos pela polícia em Brasília. Nunca fomos atendidos pelo presidente ou pelos seus ministros. Uma homenagem que pretendíamos fazer ao ex-presidente Juscelino Kubitschek no pátio do Memorial JK foi arbitrariamente proibida, numa demonstração de força que só mostrava insegurança, desespero. Nessa ocasião vários prefeitos foram presos e confinados em hotéis. Não era para menos: votava-se na ocasião a Emenda Dante de Oliveira e o regime estava nos estertores. Na Nova República, mudou muita coisa. Já não somos considerados perigosos. Eu telefonei para o presidente Sarney e ele me atende com atenção.

Os ministros Sayad e Dornelles, como já disse, recebem a Frente Municipalista, debatem conosco. Os ministros e o presidente Sarney têm consciência do compromisso de Tancredo Neves pois ele foi assumido publicamente e divulgado por toda a imprensa.

JI - Um dia os municipalistas terão seus princípios reconhecidos na prática?

- Evidente que sim. O municipalismo, ao defender o poder local, exercido por autoridades escolhidas em eleições livres e por mandatos predeterminados, revitalizam a política possibilitando um exercício maior da democracia. Isso é o que o brasileiro quer. Foi por isso que ele foi às ruas e às praças contra a ditadura. E é bom esclarecer que agora a Frente Municipalista Nacional consolida-se aqui em Santos com a posse da sua primeira diretoria e torna-se entidade de direito e de fato. Estamos organizados em todos os estados brasileiros. Reunimos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e municipalistas de todos os partidos. Nosso peso foi visível na campanha das Diretas já e na de Tancredo Neves. Temos muito trabalho ainda em 85: imediatamente, a conquista da reforma tributária; mais a médio prazo, uma campanha nacional pela Constituinte. Editamos uma cartilha - *Constituição: Conheça e Participe* - que vamos distribuir a todas as prefeituras, câmaras municipais, entidades de classe e associações comunitárias do Brasil.



E apoiou o presidente eleito Tancredo Neves, de quem recebeu o compromisso de uma reforma tributária de emergência.

ESCOLHA O CAMINHO CERTO



O BANCO DOS MOMENTOS DECISIVOS

